



CAIXA  
ECONÔMICA  
FEDERAL

Município de São Carlos/Programa Saneamento para Todos  
Contrato nº 0190025-84/2006

CONTRATO DE FINANCIAMENTO E REPASSE QUE,  
ENTRE SI, FAZEM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E  
O MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS/SP, DESTINADO À  
EXECUÇÃO DE OBRAS/SERVIÇOS NO MUNICÍPIO  
DE SÃO CARLOS/SP, NO ÂMBITO DO PROGRAMA  
SANEAMENTO PARA TODOS.

Por este instrumento as partes adiante nominadas e qualificadas, representadas como ao final indicado, têm justo e contratado, entre si, a concessão de financiamento e repasse, na forma a seguir ajustada:

**I - AGENTE FINANCEIRO - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, instituição financeira sob a forma de empresa pública unipessoal, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, alterado pelo Decreto-Lei nº 1.259, de 19 de fevereiro de 1973, e constituída pelo Decreto nº 56.303, de 06 de março de 1970, regendo-se pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 5.056, de 29 de abril de 2004, publicado no Diário Oficial da União em 30 de abril de 2004, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 4, Lote 3/4, em Brasília-DF, CNPJ/MF 00.360.305/0001-04, neste ato representada pelo Superintendente Regional, Sr. ÁLVARO BARBOSA CORREA JÚNIOR, RG nº 5.417.081 SSP/SP, CPF nº 692.670.228-49, residente e domiciliado à Avenida Carlos Botelho, nº 248 – 1º Andar – Bairro São Dimas – em Piracicaba/SP, conforme procuração lavrada em notas do 2º ofício e protestos de Brasília/DF, no livro 2.342, fls.196/197, em 02/09/2004 e substabelecimento lavrado em notas do 2º Ofício e protestos de Brasília/DF, no livro 2.430, fls.114, em 21/09/2005, doravante designada simplesmente **CAIXA**.

**II - TOMADOR – MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS - SP**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 45.358.249/0001-01 representado, respectivo Prefeito, Sr. NEWTON LIMA NETO, brasileiro, casado, professor universitário, portador do RG nº 5.416.304 SSP/SP - SSP/SP e CPF nº 762.524.428-87, residente e domiciliado à Rua Conde do Pinhal, 2017 - Centro - CEP 13.560-140 - São Carlos/SP, doravante designado **TOMADOR**.

**III - INTERVENIENTE ANUENTE - AGENTE PROMOTOR – SAAE – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO CARLOS**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 45.359.973/0001-50, com circunscrição no Município de SÃO CARLOS/SP, representado pelo seu Presidente, o Sr. JURANDYR POVINELLI, portador do RG nº 2.408.036-6 e CPF nº 016.182.458-72, brasileiro, casado, professor universitário, com sede em São Carlos/SP, na Av. Getúlio Vargas, nº 1500 – Jardim São Paulo, doravante designado **AGENTE PROMOTOR**.

**IV - INTERVENIENTE ANUENTE - BANCO DEPOSITÁRIO – BANCO NOSSA CAIXA S/A**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 43.073.394/0001-10, representado pelo seu Diretor de Produtos, Sr. JORGE LUÍS ÁVILA DA SILVA, portador do RG nº 2.659.125 IFP/RJ, CPF nº 264.122.257-49, brasileiro, casado, bancário, com sede na cidade de São Paulo – Capital, na Rua XV de Novembro, nº 111 – Centro, doravante designado **BANCO DEPOSITÁRIO**.

#### V - DEFINIÇÕES

**AGENTE FINANCEIRO** - é o agente responsável pela contratação do financiamento autorizado pelo **AGENTE OPERADOR**, junto ao **TOMADOR**;

**AGENTE OPERADOR** - é o agente responsável pelo controle e acompanhamento da execução orçamentária dos programas de aplicação dos recursos do FGTS e aquele que contrata as operações de financiamento com o **AGENTE FINANCEIRO**.

**AGENTE PROMOTOR** - é o agente responsável pela execução, acompanhamento e fiscalização das ações propostas no financiamento;

**BANCO DEPOSITÁRIO** - Agente Financeiro responsável pela arrecadação do ICMS;

**BANCO DO BRASIL S/A** - sociedade de economia mista, na qualidade de depositária das quotas do Fundo de Participação do Estado - FPE e do Fundo de Participação do Município - FPM;

**CONTA VINCULADA** - conta bancária individualizada, aberta em nome do **TOMADOR**, em agência da **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, com a finalidade específica de registrar os recursos financeiros relativos ao empreendimento contratado, inclusive da contrapartida financeira do **TOMADOR**;

**GESTOR DA APLICAÇÃO** - Ministério das Cidades.

**INTERVENIENTE ANUENTE** - agente que participa do contrato, concorda com os seus termos e obriga-se a acatar todas as instruções do mecanismo de garantia, respondendo civil e penalmente pelo descumprimento de suas obrigações;

**PODER CONCEDENTE** - União, Estado, Distrito Federal ou Município em cuja competência encontra-se o serviço público.

**PROGRAMA SANEAMENTO PARA TODOS** - programa com ações voltadas ao saneamento básico, mediante execução de empreendimentos destinados à melhoria da cobertura dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, saneamento integrado, manejo de águas pluviais, desenvolvimento institucional, manejo de resíduos sólidos, manejo de resíduos da construção e demolição, preservação e recuperação de mananciais e estudos e projetos;

**TOMADOR** - ente da federação pleiteante da operação de crédito no âmbito do Programa Saneamento Para Todos.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

1 - Empréstimo no valor de R\$ 14.339.342,89 (quatorze milhões, trezentos e trinta e nove mil, trezentos e quarenta e dois reais e oitenta e nove centavos), sob a forma de financiamento concedido pela **CAIXA**, lastreado em recursos do FGTS, repassados pelo **AGENTE OPERADOR** à **CAIXA**, equivalente a 79.93% (setenta e nove virgula noventa e três por cento), do valor do investimento de R\$ 17.939.342,89 (dezessete milhões, novecentos e trinta e nove mil, trezentos e quarenta e dois reais e oitenta e nove centavos), nas condições estabelecidas no Programa SANEAMENTO PARA TODOS, observadas as condições firmadas neste contrato.

1.1 - A presente operação de crédito encontra-se devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil, conforme correio BACEN Nº 105107307, de 09/06/2005, no âmbito do Inciso III do Artigo 9º-B da Resolução Nº 2.827, de 30/03/2001, com redação alterada pela Resolução Nº 3.153, de 11/12/2003.

1.2 - O **TOMADOR** do presente financiamento encontra-se devidamente autorizado a contratar a presente operação conforme Lei Autorizativa Nº 13.808, de 17/05/2006, publicada no Jornal Primeira Página local, em 18/05/2006, e quanto à sua capacidade de endividamento, conforme Ofício STN Nº. 3.780 - COPEM/STN, de 13/06/2006.

**CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETIVO**

2 - O Contrato tem por objetivo a Implantação/ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário, com capacidade para beneficiar uma população estimada em 192.923 habitantes, no Município de São Carlos/SP, modalidade operacional Esgotamento Sanitário, no âmbito do **PROGRAMA SANEAMENTO PARA TODOS**.

2.1 - Os elementos técnicos, econômico-financeiros, jurídicos e operacionais entregues pelo **TOMADOR** à **CAIXA** e utilizados para aprovação do financiamento objeto deste contrato integram este instrumento, não podendo, em hipótese alguma, serem alterados sem a prévia e expressa autorização da **CAIXA**, o que se aplica, também, ao Cronograma de Desembolso constante do **Anexo I**.

**CLÁUSULA TERCEIRA - CONTRAPARTIDA**

3 - Obriga-se o **TOMADOR** a participar do investimento mencionado na **CLÁUSULA PRIMEIRA**, a título de contrapartida no valor de R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), equivalente a 20,07 % (vinte vírgula zero sete por cento) do valor do Investimento, mediante depósito antecipado, a cada desembolso, em Conta Vinculada ao presente contrato, aberta em agência bancária da **CAIXA**.

3.1 - No caso de contrapartida não financeira, excetuando-se o caso de terreno, o **TOMADOR** obriga-se a executar, sob suas expensas, obras e serviços previstos como investimentos de contrapartida, comprometendo-se a cumprir integral e fielmente os cronogramas de execução das obras na forma proposta, sendo que a sua não observância reserva à **CAIXA** o direito de adotar as medidas legais e/ou contratuais definidas neste instrumento.

**CLÁUSULA QUARTA - DESEMBOLSO**

4 - O prazo de realização do primeiro desembolso de recursos do financiamento ora contratado é de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do presente instrumento, sendo permitida prorrogação, pelo prazo de até mais 12 (doze) meses, mediante solicitação formal do **TOMADOR**, desde que previamente acatada e autorizada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), pelo Agente Operador e por deliberação da **CAIXA**.

4.1 - O desembolso do financiamento será efetuado periodicamente pela **CAIXA**, entre o segundo dia útil após o dia 10 e o segundo dia útil do mês subsequente ao desembolso dos recursos do Agente Operador para o Agente Financeiro, respeitada a programação financeira do FGTS, e o Cronograma Físico e Financeiro ficando sua liberação condicionada à efetiva execução das respectivas etapas das obras e/ou serviços, a ser atestada pela **CAIXA**, observado o disposto nos subitens desta Cláusula.

4.2 - Os recursos de que trata o item 4.1 serão disponibilizados em **dois dias úteis** após o recebimento dos recursos pela **CAIXA - AGENTE FINANCEIRO**, sendo creditados na conta bancária individualizada do **TOMADOR** vinculada a este contrato, onde previamente deverão ser depositados os recursos oriundos da contrapartida, aberta na agência da **CAIXA** - Agência nº 0348 - São Carlos, sob o nº. 006-120-3 e, devendo, obrigatoriamente, destinar-se ao pagamento dos faturamentos aceitos pela **CAIXA**, constante no documento de solicitação de desembolso, sendo vedada a utilização desses recursos para qualquer outro fim, inclusive aplicações financeiras.

4.3 - As parcelas do financiamento a serem desembolsadas não farão jus à atualização monetária, independentemente do prazo previsto para a execução da obra e/ou serviços.

4.3.1 - O **TOMADOR** e o **AGENTE PROMOTOR** concordam com o disposto no subitem anterior, e assumem, perante a **CAIXA**, inteira responsabilidade por eventuais diferenças de atualização que porventura venham a recair sobre o financiamento ora concedido reclamadas por terceiros.

Município de São Carlos/Programa Saneamento para Todos  
Contrato nº 0190025-84/2006

4.4 - A liberação das parcelas do financiamento fica condicionada à apresentação, pelo **TOMADOR** e/ou **AGENTE PROMOTOR**, e à análise e aceitação pela **CAIXA**, da documentação técnica, financeira, cadastral e, se for o caso, jurídica, além do cumprimento das demais exigências expressas detalhadas e aprazadas no **MANUAL DE FOMENTO - Saneamento Para Todos - Versão 1.2**, divulgado pelo **AGENTE OPERADOR** do FGTS, por meio da **CIRCULAR CAIXA nº 377, de 07/02/2006**, aplicáveis à presente modalidade de operação, ao qual o **TOMADOR** declara conhecer e acatar em todos os seus termos.

4.4.1 - A documentação a que se refere o subitem anterior deve ser apresentada pelo **TOMADOR** à **CAIXA** até o 3º (terceiro) dia útil de cada mês, de maneira a não prejudicar o período previsto para o crédito dos recursos constante do item 4.1 desta Cláusula.

4.4.2 - O desembolso de recursos envolvendo área(s) de intervenção, cuja documentação de titularidade esteja(m) pendente(s) de apresentação, observará a condição suspensiva de desembolso em relação a cada área individualmente identificada, de modo a permitir a liberação dos recursos à medida da regularização da(s) pendência(s).

4.4.2.1 - Sem prejuízo do atendimento das demais condições estabelecidas neste contrato, especialmente aquelas relacionadas na **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA**, o **TOMADOR**, antes de expedir a autorização de início das obras, em qualquer das áreas afetas ao projeto de que trata a **CLÁUSULA SEGUNDA** deste instrumento, deverá certificar-se de que a área objeto da autorização encontra-se devidamente regularizada, para assegurar o desembolso dos recursos relacionados à área em questão.

4.4.2.2 - Assim sendo, as condicionantes para desembolso relativas à regularização da titularidade das áreas relacionada(s) na **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** permanecerão em vigor até que sejam regularizadas as pendências identificadas neste instrumento, independentemente de o **TOMADOR** ter autorizado o início das obras.

#### **CLÁUSULA QUINTA - JUROS**

5 - Sobre o saldo devedor do presente contrato, inclusive no período de carência e até o vencimento da dívida, serão cobrados, mensalmente, na data eleita, juros à taxa anual nominal de 6,5 % a.a (seis e meio por cento ao ano).

#### **CLÁUSULA SEXTA - REMUNERAÇÃO DO AGENTE FINANCEIRO**

6 - É devida pelo **TOMADOR** à **CAIXA** a seguinte remuneração:

##### **6.1 - Taxa de Administração**

6.1.1 - Taxa de Administração correspondente à taxa nominal de 2% a.a. (dois por cento ao ano), incidente sobre o saldo devedor atualizado, durante toda a vigência deste contrato, a ser cobrada junto com os juros na fase de carência, e com a prestação na fase de amortização.

6.1.2 - O valor da remuneração da **CAIXA** poderá ser revisto pelo Conselho Curador, a partir da apreciação de relatório resultante de auditoria, que faça levantamento dos custos dos Agentes Financeiros, relativos às operações do FGTS.

##### **6.2 - Taxa de Risco de Crédito**

6.2.1 - Taxa de Risco de Crédito correspondente à taxa nominal de 2,5 % a.a (dois e meio por cento ao ano), incidente sobre o saldo devedor atualizado.



6.2.2 - A CAIXA providenciará, anualmente, avaliação econômico-financeira do TOMADOR, de forma a identificar o seu novo conceito de risco de crédito.

6.2.3 - O TOMADOR deverá encaminhar à CAIXA, até 30 (trinta) de abril de cada ano, a documentação necessária para realização da avaliação citada no item anterior, consistente na documentação contábil dos 4 últimos exercícios financeiros, consolidando a execução orçamentária e patrimonial dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário com suas respectivas administrações diretas, funcos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, observada a legitimidade da documentação conforme Lei 4.320/64, suas determinações e seus anexos, sejam elas estaduais ou municipais.

6.2.3.1 - O não atendimento pelo TOMADOR do subitem 6.2.3 é causa de suspensão do desembolso ou de vencimento antecipado da dívida, em qualquer tempo, a critério da CAIXA.

6.2.4 - A taxa de que trata esta Cláusula será cobrada mensalmente, após o 1º (primeiro) desembolso dos recursos, junto com a parcela de juros na fase de carência, e com a prestação na fase de amortização.

6.2.5 - No eventual aumento do risco de crédito do TOMADOR, por ocasião da avaliação econômico-financeira mencionada nos subitens anteriores, o percentual da Taxa de Risco de Crédito ajustado nesta Cláusula poderá ser alterado.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

7 - A atualização monetária do presente contrato será realizada da seguinte forma:

7.1 - Sobre cada parcela desembolsada será aplicada atualização monetária proporcional ao período decorrido entre a data do desembolso dos recursos e o dia primeiro do mês subsequente.

7.2 - O saldo devedor e a prestação mensal no período de amortização serão atualizados no primeiro dia de cada mês, mediante aplicação de coeficiente de atualização monetária idêntico ao utilizado para a remuneração das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

7.3 - Na apuração do saldo devedor, para qualquer evento, será aplicada a atualização monetária proporcional pelo critério de ajuste *pro rata dia útil* ou outro definido em legislação específica vigente à época do evento, utilizando o índice adotado para o reajustamento das contas vinculadas do FGTS, no período compreendido entre o último reajuste do saldo devedor e a data do evento.

7.4 - Na hipótese de extinção do coeficiente de atualização dos depósitos das contas vinculadas do FGTS, o saldo devedor, bem como as prestações deste contrato, para todos os fins, passará a ser atualizado pelo índice que vier a ser determinado em legislação específica do CCFGTS.

#### CLÁUSULA OITAVA - CARÊNCIA

8 - O prazo de carência do financiamento ora contratado é de 40 (quarenta) meses, contado a partir da data da assinatura do presente instrumento, só podendo ser prorrogado mediante requerimento expresso do AGENTE PROMOTOR ou TOMADOR à CAIXA e após acatamento e autorização prévia e expressa da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

8.1 - De acordo o cronograma apresentado no Anexo I, o término da carência é 29/10/2010.

8.2 - A prorrogação do prazo de carência implicará a redução do prazo de amortização deste contrato no mesmo número de meses da prorrogação aprovada, ficando o TOMADOR ciente e anuente da referida redução.

**CLÁUSULA NONA - TARIFAS, TAXAS e MULTAS**

9 - As alterações contratuais motivadas direta ou indiretamente pelo **TOMADOR** ensejarão o pagamento de tarifas operacionais à **CAIXA**, destinadas a fazer face às despesas decorrentes da realização das atividades de análises técnicas de reprogramação contratual e da atividade de processamento da respectiva reprogramação, conforme Tabela de Tarifas publicada pela **CAIXA** e afixada em suas agências, tarifas estas cobradas individualmente, a serem pagas pelo **TOMADOR** por ocasião da solicitação de alteração contratual.

9.1 - Na mesma hipótese de solicitação de alteração contratual, também são devidas pelo **TOMADOR**, as multas do Banco Central do Brasil - **BACEN**, decorrentes da modificação das informações registradas no Cadastro da Dívida Pública - **CADIP**.

9.2 - As alterações contratuais motivadas por iniciativa da **CAIXA**, do Conselho Curador do **FGTS**, do Gestor da Aplicação, do **AGENTE OPERADOR** do **FGTS** ou por normas de contingenciamento de crédito do setor público, não serão objetos de cobrança de tarifas, taxas ou multas.

9.3 - O **TOMADOR** deverá reembolsar a **CAIXA** por todas as multas e penalidades a esta impostas pelo Banco Central do Brasil - **BACEN** ou pelo **AGENTE OPERADOR** do **FGTS**, por atrasos ou cancelamentos de desembolsos, decorrentes de fatos imputáveis exclusivamente ao **TOMADOR**, tais como atraso ou irregularidade nas obras ou por estar o **TOMADOR** em situação irregular que não lhe permita receber recursos do **FGTS**.

9.4 - Em decorrência do disposto no Artigo 9ºB, parágrafos 3º (Inciso IV), 13 e 16, é devida pelo **TOMADOR** tarifa relativa à Auditoria Independente, a ser contratada anualmente pela **CAIXA**, para verificação do cumprimento do Acordo de Melhoria de Desempenho (**AMD**), conforme valores expressos na tabela de tarifas da **CAIXA**.

**CLÁUSULA DÉCIMA - AMORTIZAÇÃO**

10 - O financiamento concedido pela **CAIXA** ao **TOMADOR** será amortizado de acordo com as seguintes condições básicas:

10.1 - Prazo de amortização de 240 (duzentos e quarenta) meses, contado a partir do término do período da carência.

10.2 - As prestações serão pagas mensalmente, na data eleita, vencendo-se a primeira no mês subsequente ao término do período de carência previsto na **CLÁUSULA OITAVA**, sendo calculadas de acordo com o Sistema Francês de Amortização - Tabela "Price".

10.3 - Quando, ao final do prazo de amortização previsto no contrato, o saldo devedor não estiver totalmente liquidado, este saldo remanescente será exigível e cobrado pela **CAIXA** juntamente com a última prestação.

10.4 - A data eleita para o **TOMADOR** corresponde ao dia 20 de cada mês.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIAS**

11 - Em garantia ao pagamento do financiamento ora concedido e das demais obrigações contraídas neste contrato, o **TOMADOR** oferece à **CAIXA**:

**11.1 - Vinculação de receita do estado/município**

11.1.1 - O **TOMADOR** outorga a **CAIXA**, nesta data, poderes irrevogáveis e irretratáveis para, em caso de inadimplemento ou vencimento antecipado da dívida, efetuar o bloqueio e repasse dos recursos decorrentes da arrecadação de receitas provenientes do FPM e das quotas de participação no ICMS, conforme estabelecido nos incisos I e II do Artigo 159 da Constituição Federal de 1988, e pela Lei Municipal nº 13.808, de 17/05/2006, publicada no Jornal Primeira Página local, em 18/05/2006, até o limite do saldo devedor atualizado.

11.1.2 - Em decorrência da vinculação da receita, ora constituída, e para o efeito de assegurar a efetividade das garantias oferecidas neste instrumento, o **TOMADOR**, como forma e meio de efetivo pagamento integral da dívida, cede e transfere à **CAIXA**, em caráter irrevogável e irretratável, os créditos efetuados na(s) sua(s) conta(s) de depósito, mantida(s) no **BANCO DO BRASIL S/A**. A cessão ora estipulada faz-se a título "pro solvendo" e nos exatos valores a serem requisitados por escrito pela **CAIXA**.

11.1.2.1 - Na ocorrência de inadimplemento por parte do **TOMADOR**, a **CAIXA** solicitará ao Banco do Brasil, a retenção dos recursos do FPM, destinando-os à quitação do encargo, nos termos do **ACORDO OPERACIONAL** firmado entre a **CAIXA** e o **BANCO DO BRASIL S/A**, em 23/03/1998, o qual regulamenta esse procedimento.

11.1.2.1.1 - O **BANCO DO BRASIL**, por força do acordo operacional supracitado, compromete-se a:

- I - não acatar contra-ordem de pagamento do **TOMADOR**, exceto quando se tratar de ordem judicial;
- II - obedecer à ordem de priorização estabelecida para liquidação de dívidas, qual seja dívidas junto ao Tesouro Nacional, junto ao Banco do Brasil e junto à **CAIXA**;
- III - pagar à **CAIXA**, no prazo de até 02 (dois) dias úteis bancários a partir da efetiva retenção de que trata o subitem anterior, as quantias suficientes à quitação das obrigações vencidas, levando à débito daquela conta os valores correspondentes.

11.1.3 - Na inexistência de acordo operacional de retenção de recursos oriundos do ICMS, o **TOMADOR** autoriza, desde já, a **CAIXA**, solicitar o bloqueio dos recursos junto ao **BANCO DEPOSITÁRIO** - [Nome do Banco] e a este proceder, incontinenti, ao mencionado bloqueio, podendo a **CAIXA**, ainda, receber o saldo específico disponível para liquidação ou amortização parcial da dívida e imputar, quanto aos valores faltantes, juros de mora, atualização e quaisquer outros encargos legais e convencionais à conta deste financiamento, os quais continuarão exigíveis e realizáveis na data em que ocorrer disponibilidade na(s) mencionada(s) conta(s) de depósitos.

11.1.3.1 - O **BANCO DEPOSITÁRIO** declara expressamente que nada tem a opor à vinculação ora constituída, de parcela do ICMS pertencente ao **TOMADOR**, como também nada tem a opor ao mandato outorgado à **CAIXA**, nos termos do subitem anterior e, em consequência, obriga-se, de forma plena e irrevogável, a:

- I - não acatar contra-ordem de pagamento do **TOMADOR**, exceto quando se tratar de ordem judicial;
- II - priorizar sempre, o acolhimento do bloqueio solicitado pela **CAIXA** caso seja firmada, posteriormente, vinculação das receitas com outros órgãos ou instituições, exceto quando se tratar de ordem judicial;
- III - pagar à **CAIXA**, no prazo de até 02 (dois) dias úteis bancários a partir da efetiva retenção de que trata o subitem anterior, as quantias suficientes à quitação das obrigações vencidas, levando à débito daquela conta os valores correspondentes.

11.1.4 - O montante financeiro estabelecido no subitem anterior vincula-se à margem de garantia do Tomador liberada por ocasião da formalização do Contrato de Repactuação de Garantias e Outras Avenças, a ser firmado entre o Tomador, a CAIXA e a União, por intermédio da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DO TOMADOR E DO AGENTE PROMOTOR

12 - Constituem obrigações do **TOMADOR** e do **AGENTE PROMOTOR**, independentemente de outras previstas neste contrato e nas normas do Conselho Curador do FGTS, do **AGENTE OPERADOR** e da **CAIXA**:

### 12.1 - Obrigações do Tomador

- a) acompanhar e fiscalizar a fiel aplicação dos recursos para os fins previstos, comunicando ao **AGENTE FINANCEIRO**, imediatamente e por escrito, qualquer irregularidade que venha a identificar, principalmente aquelas ocorrências que possam, direta ou indiretamente, afetar as garantias oferecidas;
- b) responsabilizar-se pelo retorno à **CAIXA** do empréstimo nos prazos e condições estabelecidos no presente contrato;
- c) responsabilizar-se pela funcionalidade da(s) obra(s) objeto do presente instrumento contratual;
- d) fazer consignar em seu orçamento, ou mediante crédito adicional, em época própria, a dotação necessária ao pagamento do principal, atualização monetária, juros e taxas devidos;
- e) pagar todas as importâncias devidas por força deste contrato em Agência da **CAIXA**, em especial aquelas em que der causa, por inadimplemento, previstas na **CLÁUSULA NONA** e **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA**;
- f) contabilizar os recursos recebidos no presente contrato, a ele fazendo referência, em conta adequada do passivo financeiro, com sub-contas identificadoras;
- g) arquivar em sua contabilidade analítica, todos os documentos comprobatórios das despesas que permanecerão à disposição da **CAIXA** pelo prazo de 05 anos após a liquidação da dívida;
- h) na ocorrência de licitação, consignar no edital que as empresas participantes não poderão ter restrições junto à **CAIXA** e ao **AGENTE OPERADOR**;
- i) apresentar à **CAIXA**, a critério desta ou quando por esta exigido, relatórios, dados, informações, balancetes financeiros e/ou prestações de contas, instruídos com a documentação comprobatória;
- j) fornecer, sempre que solicitadas pela **CAIXA**, informações sobre a execução das obras e o cumprimento de outras condições contratuais;
- k) utilizar os bens e serviços adquiridos com os recursos do repasse, exclusivamente para os fins estipulados no contrato;
- l) assegurar a efetiva execução das obras e/ou serviços, conforme pactuado neste contrato, promovendo licitação, na forma da legislação em vigor, observadas as especificações do(s) empreendimento(s), com vistas à obtenção do melhor resultado;
- m) coordenar a participação de todos os envolvidos na execução do empreendimento de forma a assegurar sincronismo e harmonia na implementação do projeto e na disponibilização dos recursos necessários à sua execução;
- n) fornecer à **CAIXA** informações sobre a execução das etapas das obras/serviços e do desenvolvimento do projeto, comunicando prontamente à **CAIXA** qualquer ocorrência que importe modificação dos investimentos previstos, indicando as providências que julgue devam ser adotadas;
- o) manter vigentes, durante todo o prazo do financiamento, todas as licenças, principalmente ambientais, autorizações e demais exigências de órgãos governamentais;
- p) permitir aos representantes da **CAIXA** livre acesso, em horário comercial, às instalações do projeto e obras, bem como a todos os documentos, informações e registros contábeis a eles pertinentes, mediante aviso ao **TOMADOR**, com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, para análise do andamento do projeto e verificação das obrigações assumidas neste contrato;
- q) arcar com recursos próprios as despesas extraordinárias do projeto, suprimindo quaisquer insuficiências de recursos que sejam necessárias para a execução do projeto;



- 25  
fh
- r) afixar, em local visível ao público, 01 (uma) placa de obra, conforme modelo definido pela **CAIXA**, a ser mantida durante toda a execução do empreendimento;
  - s) divulgar, em qualquer ação promocional relacionada com o objeto/objetivo do contrato, o nome do programa, a origem do recurso, o valor do financiamento, o nome da **CAIXA**, como ente participante, na qualidade de **AGENTE FINANCEIRO**, obrigando-se o **TOMADOR** a comunicar expressamente à **CAIXA** a data, forma e local onde ocorrerá a ação promocional, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas;
  - t) fornecer à **CAIXA**, cópia das licenças ambientais relativas ao(s) empreendimento(s) e suas renovações, bem como de todas as autuações, relatórios e fiscalizações administrativas, relativas ao meio ambiente;
  - u) apresentar à **CAIXA**, após a conclusão do objeto contratual, toda a documentação comprobatória de execução/conclusão das obras/serviços, expedida pelos órgãos competentes;
  - v) apresentar à **CAIXA** a documentação necessária ao desembolso até o terceiro dia útil de cada mês, de maneira a não prejudicar o crédito da parcela do financiamento dentro do mês objeto da parcela;
  - w) propiciar o desenvolvimento institucional e o aumento da eficiência dos operadores dos serviços e assegurar a sustentabilidade econômica do empreendimento, objetivo do presente instrumento contratual;
  - x) encaminhar à **CAIXA**, até 30 (trinta) de abril de cada ano, toda documentação contábil dos 4 (quatro) últimos exercícios financeiros, consolidando a execução orçamentária e patrimonial dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário com suas respectivas administrações direta, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, necessária à avaliação econômico-financeira do **TOMADOR**;
  - y) declaração de anuência com a operação, firmado pelo prestador de serviços, informando que o projeto está de acordo com as normas e padrões do referido prestador;
  - z) firmar Acordo de Melhoria de Desempenho (**AMD**) ou sua repactuação quando for o caso;
  - aa) dar acesso às dependências administrativas e operacionais, bem como disponibilizar a documentação comprobatória pertinente, aos representantes da Auditoria Independente, contratada pela **CAIXA**, com o objetivo de verificar o cumprimento do Acordo de Melhoria de Desempenho, conforme disposto nos parágrafos 3º, 13 e 16 do artigo 9º-B da Resolução CMN nº. 2.827/01 e suas alterações;
  - bb) efetuar, previamente à realização dos serviços, o pagamento da tarifa operacional correspondente à Auditoria Independente anual, prevista no item 9.4 da **CLÁUSULA NONA**, conforme aviso de cobrança a ser emitido pela **CAIXA**;
  - cc) comprovar, por meio de Termo de Compromisso, a responsabilidade do Prestador de Serviços, pela implantação, operação e manutenção dos empreendimentos;
  - dd) comprovar vigência do Plano de Saneamento Ambiental, ou pelo menos, conforme o tipo de empreendimento, do Plano Diretor ou do Plano de Manejo, bem como dos instrumentos próprios de regulação e fiscalização;
  - ee) apresentar Termo de Compromisso de preparação do Plano de Saneamento Ambiental e/ou de implementação dos instrumentos próprios de regulação e fiscalização adequados, comprometendo-se a apresentar o referido Plano e/ou instrumentos em prazo não superior à 24 (vinte e quatro) meses da data de assinatura do Contrato.
- h

## 12.2 - OBRIGAÇÕES DO AGENTE PROMOTOR

- a) estar legalmente habilitado e, quando delegatário de serviço público, dispor da respectiva delegação, comprovando, mediante contrato, a vigência igual ou superior a duas vezes o prazo previsto para a execução do empreendimento;
  - b) dispor de autorização específica do Tomador para realização do empreendimento;
  - c) assegurar o atendimento às normas de preservação ambiental pelo empreendimento, e dispor da respectiva Licença Prévia, quando legalmente exigível;
  - d) apresentação do protocolo de requerimento da Licença Prévia, ficando a contratação da operação condicionada à emissão da referida Licença;
  - e) comprovação do andamento regular das obras dos empreendimentos em fase de execução e a plena funcionalidade dos empreendimentos já concluídos, com relação aos empreendimentos de saneamento contratados pelo FGTS desde 2001;
- 9

- f) apresentação do Termo de Ajuste, firmado com o Agente financeiro, assegurando a regularização dos problemas encontrados, com relação aos empreendimentos de saneamento contratados pelo FGTS desde 2001;
- g) atender ao disposto no Decreto 5.440, de 04/05/2005, no município a que se destina o empreendimento;
- h) APRESENTAR À CAIXA, A CRITÉRIO DESTA OU QUANDO POR ESTA SOLICITADO, RELATÓRIOS, DADOS, INFORMAÇÕES, BALANCETES FINANCEIROS E/OU PRESTAÇÕES DE CONTAS, INSTRUIDOS COM A DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA E RELACIONADOS AO PRESENTE CONTRATO;
- i) fornecer, sempre que solicitadas pela CAIXA, informações sobre a execução das obras e o cumprimento de outras estipulações contratuais;
- j) utilizar os bens e serviços adquiridos com os recursos do repasse, exclusivamente para os fins estipulados neste contrato;
- k) manter vigentes, durante todo o prazo do financiamento, todas as licenças, principalmente ambientais, autorizações e demais exigência dos órgãos governamentais, para a condução de suas atividades;
- l) fornecer à CAIXA cópia das licenças ambientais relativas ao(s) empreendimento(s) e suas renovações, bem como de todas as autuações, relatórios e fiscalizações administrativas, relativas ao meio ambiente;
- m) assegurar a execução das obras conforme pactuado neste contrato, promovendo licitação na forma da legislação em vigor, observadas as especificidades do empreendimento, com vistas à obtenção do melhor resultado;
- n) coordenar a participação de todos os envolvidos na execução do empreendimento de forma a assegurar sincronismo e harmonia na implementação do projeto e na disponibilização dos recursos necessários à sua execução;
- o) cumprir o Acordo de Melhoria de Desempenho – AMD;
- p) responsabilizar-se pela implantação, operação e manutenção dos empreendimentos;
- q) enviar regular e continuamente informações ao Sistema Nacional de Informações em Saneamento – SNIS, ou apresentar Termo de Compromisso para o envio sistemático das informações;
- r) dar acesso às dependências administrativas e operacionais, bem como disponibilizar a documentação pertinente, aos representantes da auditoria independente, contratada pela CAIXA, com o objetivo de verificar o cumprimento do acordo de melhoria de desempenho, conforme disposto nos parágrafos 3º, 13 e 16 do artigo 9º-B da resolução CMN Nº. 2.827/01 e suas alterações.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CONDICIONANTES CONTRATUAIS

### 13.1 - Condições de Eficácia

#### 13.1.1 - A eficácia do presente contrato fica condicionada:

- a) à comprovação, pelo TOMADOR, do atendimento, no que couber, às disposições contidas no parágrafo 3º do artigo 9º-B da Resolução nº 2.827, de 30/03/2001, alterada pela Resolução nº 3.153, de 11/12/2003, ambas do Conselho Monetário Nacional;
- b) à regularização da situação de concessão ou delegação dos serviços de abastecimento de água ou esgotamento sanitário até o 1º desembolso;
- c) à apresentação da manifestação do Órgão Ambiental e do Licenciamento Ambiental correspondente à Licença Prévia do projeto

### 13.2 - Condições Resolutivas

#### 13.2.1 - Sob pena de resolução do contrato de financiamento fica condicionado que:

- a) o TOMADOR deverá apresentar o presente contrato à CAIXA, devidamente assinado pelo INTERVENIENTE/ANUENTE - PODER CONCEDENTE no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

contados da data da assinatura, observadas as exigências legais de registro deste Contrato nos cartórios competentes, bem como de publicação do ato em meio oficial e encaminhamento de uma via do contrato ao Tribunal de Contas do Estado, apresentando à CAIXA as competentes provas da realização desses atos, sendo este prazo prorrogável a critério da CAIXA.

- b) O prazo acima estabelecido poderá, a critério da CAIXA, desde que formalmente solicitado e justificado pelo TOMADOR, ser prorrogado por igual período.

### 13.2.2 - Demais condições resolutivas:

13.2.2.1 - Compromete-se o TOMADOR a apresentar à CAIXA, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura do presente instrumento, sob pena da resolução deste contrato, a seguinte documentação:

- a) publicação da Lei Autorizativa;
- b) Lei de Criação do SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto – São Carlos;
- c) Termo de Posse da Diretoria do SAAE de São Carlos.

### 13.3 - Condições para Início do Desembolso

13.3.1 - Como condição para realização do primeiro desembolso, compromete-se ainda o TOMADOR a:

- a) atender integralmente todas as condições de eficácia e resolutivas expressas neste contrato;
- b) apresentar a regularização da concessão ou delegação da prestação de serviços públicos;
- c) apresentar a Lei Autorizativa de instituição da cobrança e de estabelecimento dos valores relativos à tarifa ou taxa pela prestação de serviços de água e esgoto;
- d) comprovar o início e o andamento do projeto/programa de redução de perdas apresentado por ocasião da contratação;
- e) apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART/CREA do projeto, da execução e fiscalização da obra;
- f) apresentar documentos da licitação;
- g) documentação complementar de Engenharia, de acordo com análise técnica realizada pela CAIXA;
- h) apresentar o licenciamento ambiental - Licença de Instalação - LI do projeto;
- i) apresentar o cronograma físico-financeiro do empreendimento;
- j) apresentar cadeia dominial do imóvel, com averbação da desapropriação;
- k) promover a regularização fundiária das áreas afetadas ao projeto, abaixo identificadas, mediante a apresentação da documentação referente à titularidade das mesmas, revestida das formalidades legais, se for o caso.

### Demais condições decorrentes da análise da operação

13.3.2 - Na existência de mais de um contrato de empreitada e/ou fornecimento, no âmbito deste contrato de financiamento, desde que devidamente caracterizada a inexistência de interdependência entre as obras, e a critério da CAIXA, as condições para início de desembolso poderão ser verificadas individualmente.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - SUSPENSÃO DOS DESEMBOLSOS

14 - A CAIXA poderá, em qualquer momento, mediante comunicação por escrito ao TOMADOR ou AGENTE PROMOTOR, suspender os desembolsos, na hipótese de ocorrer e enquanto persistirem quaisquer das seguintes circunstâncias:

- a) mora no pagamento de importâncias devidas por força de qualquer contrato celebrado pelo TOMADOR e pelo AGENTE PROMOTOR com a CAIXA, independentemente da aplicação das cominações nele previstas;

- b) irregularidade de situação do **TOMADOR** perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - **FGTS**, o Cadastro de Inadimplentes - **CADIN** e o Instituto Nacional de Seguridade Social - **INSS**;
- c) irregularidade de situação do **AGENTE PROMOTOR** e dos beneficiários relacionados no Boletim de Desembolso perante a **CAIXA** e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviços - **FGTS**;
- d) qualquer ato, processo ou circunstância que possa reduzir a livre administração do **TOMADOR** ou a capacidade de disposição de seus bens;
- e) inadimplemento, por parte do **TOMADOR** e/ou **AGENTE PROMOTOR**, de qualquer obrigação assumida com a **CAIXA** neste contrato;
- f) atraso ou falta de comprovação dos pagamentos efetuados com os recursos obtidos da **CAIXA**;
- g) alteração de qualquer das disposições das leis municipais, relacionadas com o empréstimo, com a execução e com o funcionamento dos empreendimentos, que contrarie, direta ou indiretamente, o ajustado neste contrato e nos demais a ele vinculados;
- h) na ocorrência de fato superveniente que venha afetar a fonte dos recursos - **FGTS**;
- i) inexistência de placa de identificação do empreendimento, no modelo fornecido pela **CAIXA**;
- j) descumprimento de divulgar, em qualquer ação promocional relacionada com o objeto/objetivo do contrato o nome do Programa, a origem do recurso, o valor do financiamento, o nome da **CAIXA**, como ente participante, na qualidade de **AGENTE FINANCEIRO**, e descumprimento de comunicar expressamente à **CAIXA** a data, forma e local onde ocorrerá a ação promocional, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas;
- k) descumprimento das exigências constantes da **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**;
- l) descumprimento do cronograma de execução das obras, inclusive em caso de contrapartida não financeira;
- m) a regressão do desempenho e eficiência na prestação dos serviços do SAAE - Agente Promotor, conforme metas estabelecidas no contrato de "Acordo de Melhoria de Desempenho".

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - VENCIMENTO ANTECIPADO/RESCISÃO**

15 - Caso a suspensão dos desembolsos prevista na **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** não seja medida suficiente para assegurar o regular cumprimento das obrigações assumidas pelo **TOMADOR** e pelo **AGENTE PROMOTOR**, constituem motivos de vencimento antecipado da dívida e rescisão do contrato, a critério da **CAIXA**, tornando-se exigíveis, desde logo, o principal, juros e demais obrigações contratualmente ajustadas, independentemente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, além dos previstos nos Artigos 333 e 1.425 do Código Civil, devendo a **CAIXA**, depois de constatada a irregularidade, notificar o **TOMADOR** e o **AGENTE PROMOTOR**, concedendo-lhe o prazo de até 60 (sessenta) dias, também a critério da **CAIXA**, contados do recebimento da notificação, para sanar qualquer caso abaixo:

- a) inexistência ou falsidade das declarações prestadas, relacionadas com o presente financiamento;
- b) inadimplemento de qualquer das obrigações estipuladas neste contrato;
- c) constituição, sem consentimento expresso da **CAIXA**, de qualquer outro ônus ou gravame sobre os bens dados em garantia;
- d) ocorrência de procedimento judicial e extrajudicial que afete as garantias constituídas em favor da **CAIXA**;
- e) modificação ou inobservância do projeto e demais documentos aceitos e integrantes do respectivo processo, sem o prévio e expresso consentimento da **CAIXA**;
- f) retardamento ou paralisação das obras por dolo ou culpa do **TOMADOR** e/ou **AGENTE PROMOTOR**, ou no caso de justificativa não aceita pela **CAIXA**;
- g) deixar de concluir as obras no prazo contratual;
- h) comprovação de não funcionalidade do empreendimento objeto deste contrato;
- i) decurso do prazo de 01(um) ano, contado da data da assinatura do presente contrato, para realização do primeiro desembolso, sem que tenha havido prorrogação do prazo conforme estabelecido na **CLÁUSULA QUARTA - DESEMBOLSO**;
- j) existência de fato de natureza econômico-financeira que, a critério da **CAIXA**, comprometa a execução do empreendimento, nos termos previstos no projeto aprovado;



- 29  
fh
- k) na hipótese da aplicação de recursos em finalidade diversa da prevista da **CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETIVO**, a **CAIXA**, além de adotar as medidas previstas nesta Cláusula e no contrato, comunicará o fato ao Ministério Público Federal, para os fins e efeitos da Lei nº 7.492 de 16 de junho de 1986;
- l) a cessão ou transferência a terceiros das obrigações assumidas neste contrato sem prévia e expressa autorização da **CAIXA**; e
- m) na hipótese de declaração de vencimento antecipado de qualquer outro contrato firmado pelo **TOMADOR** com terceiros e que, a critério da **CAIXA**, possa prejudicar e/ou colocar em risco o crédito ora concedido.

15.1 - O **TOMADOR** outorga, nesta mesma data, poderes especiais, irrevogáveis e irretratáveis à **CAIXA** para, em caso de inadimplemento de qualquer parcela ou de vencimento antecipado da dívida, efetuar o bloqueio e o repasse dos recursos decorrentes das transferências do FPM, existentes no Banco do Brasil e das transferências do ICMS, por meio de procuração pública, nas contas correntes existentes no **BANCO DEPOSITÁRIO - BANCO NOSSA CAIXA S/A**, podendo delas sacar as importâncias requeridas, nos montantes necessários, até que a dívida esteja integralmente paga.

15.2 - O **TOMADOR** obriga-se a dar conhecimento e/ou esclarecimento expresso e imediato à **CAIXA** da ocorrência, iminência ou veiculação de notícia a respeito de qualquer situação relacionada nas alíneas desta cláusula, sob pena de incorrer na hipótese da alínea "a" desta cláusula.

15.3 - Caso o presente instrumento venha a ser rescindido por qualquer dos motivos acima citados, o **TOMADOR** deve ressarcir a **CAIXA** das despesas operacionais ocorridas após a contratação desta operação objetivando sua eficácia, ou outras que porventura houver, limitadas a 1% (um por cento) do valor de financiamento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - IMPONTUALIDADE

16 - Ocorrendo inadimplência de qualquer obrigação de pagamento, a quantia a ser paga será reajustada e adicionada de encargos conforme segue:

- a) reajuste com base no índice referido na **CLÁUSULA SÉTIMA**, proporcional aos dias compreendidos entre o vencimento da obrigação e o pagamento;
- b) juros remuneratórios calculados com a taxa referida na **CLÁUSULA QUINTA**, proporcionais aos dias compreendidos entre o vencimento da obrigação e o pagamento;
- c) juros de mora calculados à taxa nominal de 1% ao mês, inclusive sobre os juros remuneratórios referidos na alínea "b" desta Cláusula, proporcionais aos dias compreendidos entre o vencimento da obrigação e o pagamento.

16.1 - São considerados acessórios da dívida principal e devidos pelo **TOMADOR** à **CAIXA**, qualquer parcela paga por esta, decorrente de obrigação do **TOMADOR**, tais como tarifas, taxas e multas devidas conforme descrito na **CLÁUSULA NOVA**, subitens 9.1 e 9.3 à própria **CAIXA**, ainda não regularizadas devidamente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - RESCISÃO CONTRATUAL

17 - É assegurado à **CAIXA** rescindir, unilateralmente, o presente instrumento contratual, nos seguintes casos:

- a) não forem cumpridas todas as cláusulas de eficácia, resolutivas ou para início do primeiro desembolso, conforme **CLÁUSULA 13ª - CONDICIONANTES CONTRATUAIS**;
- b) por ocasião de reavaliação da capacidade de pagamento do **TOMADOR**, caso seja constatado o declínio da sua capacidade de pagamento e, conseqüentemente, do seu conceito de risco de crédito, antes do 1º desembolso.

- c) qualquer uma das condições relacionadas na **CLÁUSULA 15ª - VENCIMENTO ANTECIPADO/RESCISÃO**;
- d) ocorrência de divergências entre o pedido de financiamento apresentado e/ou das premissas e parâmetros do projeto analisado e, consequentemente, da seleção feita pelo MCidades, causados por novos valores, prazos e/ou metas físicas identificadas por ocasião da emissão do Laudo de Análise do Empreendimento, alterando as análises econômico-financeiras, jurídica, social e de engenharia que subsidiaram a presente contratação.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - AUDITORIA INDEPENDENTE**

18 - Em decorrência do disposto no Artigo 9º B, parágrafos 3º (Inciso IV), e 13 da Resolução CMN 2.827/01, fica, a **CAIXA**, obrigada a realizar a contratação de auditorias independentes anuais a partir do ano subsequente ao da contratação de presente operação.

18.1 - Conforme disposto no parágrafo 16 do Artigo 9º-B da Resolução CMN 2.827/01, com redação alterada pela resolução CMN nº 3.338/06, fica o **TOMADOR** ciente:

I - que a legislação do sistema financeiro nacional prevê a assunção deste custo por parte do **TOMADOR** do financiamento;

II - que a referida obrigação será cobrada em data correspondente à contratação dos serviços de Auditoria Independente, previamente à realização dos serviços;

III - que o não pagamento da tarifa de Auditoria Independente se caracteriza como inadimplência contratual estando sujeita às situações previstas para rescisão contratual;

IV - que a referida Auditoria Independente deverá ser realizada, em tempo hábil, de forma a permitir que o resultado seja encaminhado ao MCidades até o dia 31 de outubro de cada ano.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA - PENA CONVENCIONAL**

19 - No caso de vencimento antecipado da dívida e de sua cobrança judicial ou extrajudicial, o **TOMADOR** deverá à **CAIXA** a pena convencional de 2% (dois por cento) sobre a importância devida, independentemente da aplicação de outras cominações legais cabíveis.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA - LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA/AMORTIZAÇÕES EXTRAORDINÁRIAS**

20 - O **TOMADOR** poderá liquidar sua dívida antecipadamente ou efetuar amortizações extraordinárias mediante prévia comunicação à **CAIXA**. Neste caso, o valor do abatimento decorrente da amortização/liquidação será precedido de atualização **pro rata** dia útil do saldo devedor na forma estabelecida na **CLÁUSULA SÉTIMA**.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA- CONDIÇÕES ESPECIAIS**

21 - O **TOMADOR**, a partir da assinatura do presente instrumento, autoriza a **CAIXA** a negociar, a qualquer momento, durante a vigência do contrato, o montante do crédito ora concedido, em parte ou no todo, junto às outras instituições financeiras, desde que mantidas as condições contratuais e mediante prévia anuência do **TOMADOR**.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DECLARAÇÃO**

22 - O **TOMADOR** e o **AGENTE PROMOTOR** declaram estar de acordo com os custos das obras relativas aos projetos aprovados pela **CAIXA**, limitados ao valor contratado.

22.1 - O **TOMADOR** declara que se responsabiliza e assume quaisquer ônus que venham a ocorrer, relativo à questão de natureza fundiária que se referir ao presente contrato, desde que não esteja prevista na proposta de financiamento aprovada pela **CAIXA**.

22.2 - O **TOMADOR** declara conhecer e estar de acordo com a condição estabelecida no subitem 4.4.2, e ainda reconhecer que nenhuma responsabilidade poderá ser imputada à **CAIXA** em relação às despesas incorridas por ele **TOMADOR** no período de vigência da condição resolutiva, caso venha a ser autorizado o início de obras em área pendente de regularização.

22.3 - O **TOMADOR** declara estar de acordo com as taxas e prazos acordados no presente instrumento contratual, especificadas nas Cláusulas **QUINTA, SEXTA, SÉTIMA, OITAVA e NONA**, conforme Resolução CCFGTS nº 491, de 14 de dezembro de 2005, com redação alterada pela Resolução CCFGTS nº 496, de 17 de fevereiro de 2006.

22.4 - O **TOMADOR** declara estar ciente e anuente de que, em atendimento ao artigo 73, inciso VI, alínea "a" da Lei 9.504/97, a liberação dos recursos previstos no Contrato ora firmado, só ocorrerá em período posterior à conclusão do processo eleitoral, o que, para o corrente ano, compreende o período que se inicia em 01/07/2006 e finaliza em 01/10/2006, ficando automaticamente a data de finalização anteriormente mencionada estendida até o dia 29/10/2006, no caso de realização de segundo turno.

22.5 - O **TOMADOR** declara estar ciente e anuente de que a aquisição do direito expresso na declaração anterior está condicionada ao atendimento das demais condições de eficácia, resolutivas e de realização do primeiro desembolso, expressas neste Instrumento.

**Declarações pertinentes às ações vinculadas às modalidades de abastecimento de água e esgotamento sanitário:**

22.6 - O Município de São Carlos e o SAAE declaram conhecer que a apresentação de um projeto de redução de perdas, bem como a comprovação de sua implementação pela **CAIXA**, é condicionante para a realização do primeiro desembolso, até a data limite informada, conforme condições da **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA**.

22.7 - O Município de São Carlos ou SAAE declara que cobra tarifa ou taxa legalmente instituída, conforme Lei Municipal Nº 6199, de 26/06/1969.

22.8 - O Município de São Carlos declara concordar que a implantação, operação e manutenção do empreendimento serão assumidas pelo SAAE - Agente Promotor.

22.9 - O SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto - São Carlos declara assumir o compromisso de acompanhar a implantação, de receber o empreendimento e de responder pela operação e manutenção do empreendimento.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - NOVAÇÃO**

23 - Qualquer tolerância, por parte da **CAIXA**, pelo não cumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes deste contrato, será considerada como ato de liberalidade, não se constituindo em novação ou procedimento invocável pelo **TOMADOR**.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - NORMAS COMPLEMENTARES**

24 - Aplicam-se a este contrato, no que couber, as normas gerais do Conselho Curador do FGTS, do **AGENTE OPERADOR** e da **CAIXA** para suas operações de financiamento, as quais o **TOMADOR** e o **AGENTE PROMOTOR** declaram conhecer e se obrigam a cumprir.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTE CONTRATO**

25 - Integram o presente contrato para todos os fins de direitos, além de outros documentos pertinentes:  
a) Anexo I - Cronograma de Desembolso.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - REGISTRO**

26 - O **TOMADOR** obriga-se a promover o registro deste contrato no cartório competente, conforme prazo estabelecido na **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** e a encaminhar uma via ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, para conhecimento, comprometendo-se a apresentar à **CAIXA** as competentes provas da realização desses atos, e assumindo as despesas respectivas.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - SUCESSÃO E FORO DO CONTRATO**

27 - As partes aceitam este instrumento tal como está redigido e obrigam-se, por si e sucessores, ao fiel e exato cumprimento do que ora ficou ajustado, estabelecendo-se como foro, com privilégio sobre qualquer outro, para conhecimento e solução de toda e qualquer questão decorrente da sua interpretação ou execução, o da Seção Judiciária da Justiça Federal com jurisdição no local do empreendimento objeto deste contrato.

E, por estarem assim acordes, firmam com as testemunhas abaixo o presente instrumento em 08 (oito) vias originais de igual teor e para um só efeito.

São Carlos, 29 de Junho de 2006.

Assinatura do **AGENTE FINANCEIRO**

Nome: Alvaro Barbosa Correa Júnior  
CPF: 692.670.228-49

Assinatura do **AGENTE PROMOTOR**

Nome: Jurandir Povinelli  
CPF: 016.182.458-72

Assinatura do **TOMADOR**

Nome: Newton Lima Neto  
CPF: 762.524.428-87

Assinatura do **BANCO DEPOSITÁRIO**

Nome: Jorge Luis Ávila da Silva  
CPF: 264.122.257-49

**TESTEMUNHAS:**

Nome: João Carlos Pedrazzani  
CPF: 833.762.588-87

Nome: Júlio César Volpp Sierra  
CPF: 029.527.149-32



## ANEXO I - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

☒ Cronograma inicial ☐ Reprogramação

CT nº	Município	UF
0190025-84/2006	SÃO CARLOS	SP

Programa	Tomador
SANEAMENTO PARA TODOS	Município de SÃO CARLOS/SP

Modalidade	Empreendimento
ESGOTAMENTO SANITÁRIO	Complementação da ETE Monjolinho e Obras de Infra-estrutura referentes à condução do Esgoto.

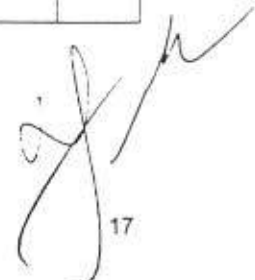
Finalidade
Implantação/ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Município de São Carlos.

Término da carência	Valor liberado até ___ / ___ / ____	A liberar
29 / 10 / 2010	R\$	R\$

Total	Financiamento	Contrapartida	Investimento
R\$ 17.939.342,89	R\$ 14.339.342,89	R\$ 3.600.000,00	R\$ 17.939.342,89

### Valores em R\$ 1,00

Referência	Desembolsos		Contrapartida		Outros	
Mês	Ano	FGTS		Valor em R\$		Valor em R\$
		Valor em R\$	%		%	
07	2007	1.000.000,00	5,57	251.055,00	1,40	
08	2007	1.000.000,00	5,57	251.055,00	1,40	
09	2007	1.000.000,00	5,57	251.055,00	1,40	
10	2007	394.102,78	2,20	98.945,00	0,55	
11	2007	394.102,78	2,20	98.945,00	0,55	
12	2007	394.102,78	2,20	98.945,00	0,55	
01	2008	750.000,00	4,18	188.280,00	1,05	
02	2008	750.000,00	4,18	188.280,00	1,05	
03	2008	750.000,00	4,18	188.280,00	1,05	
04	2008	750.000,00	4,18	188.280,00	1,05	
05	2008	750.000,00	4,18	188.280,00	1,05	
06	2008	750.000,00	4,18	188.280,00	1,05	
07	2008	444.945,24	2,48	111.720,00	0,62	
08	2008	444.945,24	2,48	111.720,00	0,62	
09	2008	444.945,24	2,48	111.720,00	0,62	
10	2008	444.945,24	2,48	111.720,00	0,62	
11	2008	444.945,24	2,48	111.720,00	0,62	
12	2008	444.945,24	2,48	111.720,00	0,62	



## Total por Exercício

Ano	Valor FGTS	%	Valor contrapartida	%	Valor outros	%
2007	4.182.308,34	40	1.050.000,00	5,9		
2008	7.169.671,44	40	1.800.000,00	10		
2009	2.987.363,10	16	750.000,00	4,1		

29 06 / 2006.

Data

Agente promotor

Tomador

Newton Lima Neto  
Prefeito Municipal

Observação: Os campos Referência e Desembolso indicam a origem dos recursos a serem alocados ao projeto, os percentuais de participação de cada Entidade no financiamento e os valores a serem desembolsados mensalmente.

☐ Cronograma inicial

☒ Reprogramação

CT nº

0190.025-84/2006

Município

São Carlos

UF

SP

Programa

SANEAMENTO PARA TODOS

Mutuário

MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

Modalidade

ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Empreendimento

Est. Tratamento de Esgotos Monjolinho – Sistema de Esgotos Sanitários de São Carlos–Obras Complementares

Finalidade

Implantação e Ampliação do Sistema de Esgotos Sanitários do Município

Término da carência

04/10/2009

Valor liberado até 31 / 12 / 2009

R\$ 6.580.063,31

A liberar

R\$ 7.759.279,58

Total

R\$ 18.843.709,41

Financiamento

R\$ 14.339.342,89

Contrapartida

R\$ 4.504.366,52

Investimento

R\$ 18.843.709,41

Valores em R\$ 1,00

Referência	Ano	Desembolsos FGTS		Contrapartida		Outros	
Mês		Valor em R\$	%	Valor em R\$	%	Valor em R\$	%
12	2007	1.491.566,64	10,40	468.539,97	10,40		
02	2008	33.838,24	0,23	10.629,48	0,23		
03	2008	64.987,50	0,45	20.414,29	0,45		
04	2008	335.207,77	2,34	105.297,62	2,34		
05	2008	717.916,69	5,00	225.516,61	5,00		
06	2008	327.138,98	2,28	102.762,90	2,28		
07	2008	406.137,59	2,83	127.578,55	2,83		
08	2008	0,00	0,00	0,00	0,00		
09	2008	0,00	0,00	0,00	0,00		
10	2008	0,00	0,00	0,00	0,00		
11	2008	0,00	0,00	0,00	0,00		
12	2008	0,00	0,00	0,00	0,00		
01	2009	0,00	0,00	0,00	0,00		
02	2009	0,00	0,00	0,00	0,00		
03	2009	0,00	0,00	0,00	0,00		
04	2009	0,00	0,00	0,00	0,00		
05	2009	0,00	0,00	0,00	0,00		
06	2009	0,00	0,00	0,00	0,00		
07	2009	914.282,74	6,38	287.200,37	6,38		
08	2009	0,00	0,00	0,00	0,00		
09	2009	1.189.703,69	8,30	373.717,37	8,30		
10	2009	0,00	0,00	0,00	0,00		
11	2009	861.606,71	6,00	270.653,44	6,00		
12	2009	237.676,76	1,66	74.660,55	1,66		
01	2010	164.282,73		51.594,71			
02	2010	5.029.616,09		1.579.910,19			
03	2010	2.080.787,74		653.620,02			
04	2010	484.593,02		152.270,36			

Total por exercício

Ano	Valor FGTS	%	Valor contrapartida	%	Valor outros	%
2007	1.491.566,64	10,40	468.539,97	10,40		
2008	1.885.226,77	13,15	592.199,45	13,15		
2009	3.203.269,90	22,34	1.006.231,73	22,34		
2010	7.759.279,58		2.437.395,27			

<input type="checkbox"/> Cronograma inicial	<input checked="" type="checkbox"/> Reprogramação	
CT nº 0190.025-84/2006	Município SÃO CARLOS	UF SP

Programa SANEAMENTO PARA TODOS	Mutuário SÃO CARLOS
-----------------------------------	------------------------

Modalidade Esgotamento Sanitário	Empreendimento Complementação da ETE Monjolinho e Obras de Infra-Estrutura referentes a Condução de Esgoto
-------------------------------------	---

Finalidade Complementação da ETE Monjolinho e obras de infra-estrutura referentes a condução de esgoto
---

Término da carência	Valor liberado até 02/2010	A liberar
04/10/2009	6.870.159,86	R\$ 7.469.183,03

Total	Financiamento	Contrapartida	Investimento
R\$ 18.843.709,41	14.339.342,89	4.504.366,52	18.843.709,41

Valores em R\$ 1,00

Referência	Desembolsos		Contrapartida		Outros	
Mês	Ano	FGTS Valor em R\$	%	Valor em R\$	%	Valor em R\$
12	2007	1.491.566,64		468.539,97		
02	2008	33.838,24		10.629,48		
		64.987,50		20.414,29		
03	2008					
04	2008	335.207,77				
05	2008	717.916,69		225.516,61		
06	2008	327.138,98		102.762,90		
07	2008	406.137,59		127.578,55		
08	2008	0,00	0,00	0,00	0,00	
09	2008	0,00	0,00	0,00	0,00	
10	2008	0,00	0,00	0,00	0,00	
11	2008	0,00	0,00	0,00	0,00	
12	2008	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	2009	0,00	0,00	0,00	0,00	
02	2009	0,00	0,00	0,00	0,00	
03	2009	0,00	0,00	0,00	0,00	
04	2009	0,00	0,00	0,00	0,00	
05	2009	0,00	0,00	0,00	0,00	
06	2009	0,00	0,00	0,00	0,00	
07	2009	914.282,74		287.200,37		
08	2009	0,00		0,00		
09	2009	1.189.703,69	0,00	373.717,37	0,00	
11	2009	861.606,71		270.653,44		
12	2009	237.676,76		74.660,65		
02	2010	290.096,55		91.126,09		
05	2010	712.357,99		223.767,49		
06	2010	1.960.110,16		615.721,99		
07	2010	1.260.872,12		396.072,61		
08	2010	1.498.057,50		470.548,22		
09	2010	1.139.622,65		357.985,59		
10	2010	898.162,61		282.173,28		



Quadro Composição de Investimento		MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS/SP - CTR 190.025-84/2006				
		QCI - ORIGINAL/ALTERADO		QCI APROVADO		
		Qtde.	Valor Anterior	%	Qtde	Valor Reprogramado
1. Complementação da ETE Monjolinho	1					
1.1 Ampliação do Flotador e Obras Cx Amortecimento	1		4.243.476,52			4.243.476,52
1.2 Equipamentos da Caixa de Amortecimento						
1.3 Emissário Final e Drenagem Externa da ETE	1		524.800,00			524.800,00
1.4 Sistema de Desinfecção com Ultra Violeta			1.408.361,05			1.408.361,05
1.4.1 Sistema de Desinfecção	1		5.285.000,00			5.285.000,00
1.4.2 Prédio da desinfecção	1		357.458,91			357.458,91
1.5 Controle de Odores UASB			63.252,89			-
1.6 Ampliação de Melhorias do acesso da ETE	1		1.658.019,66			1.658.019,66
1.7 Fornecimentos, Interligações e Serviços Diversos	1		-			290.705,71
2 Recuperação do Interceptor do Córrego do Monjolinho	1		1.147.556,80			1.147.556,80
3 Interceptor do Córrego do Mineirinho	1		520.936,23			520.936,23
4 Interceptor da Av Miguel Petroni	1		59.916,00			59.916,00
5 Interceptor do Córrego Sta Mª do Leme	1		110.664,30			110.664,30
6 Interceptor Av Trabalhador Sancarriense	1		118.999,35			118.999,35
7 Sifão do Monjolinho	1		106.014,06			98.804,06
8 Coletor Tonco Rua Rui Barbosa	1		160.641,16			160.641,16
9 Travessia do Córrego Santa Fé	1		138.690,28			133.586,44
10 EEE Cond.Terra Nova Rodobens	1		682.740,11			549.192,26
11 Linha de Repasse Terra Nova Rodobens	1		267.315,80			290.331,27
12 Travessia do Córrego Mineirinho	1		105.448,21			105.448,21
13 EEE Mirante Bela Vista	1		603.308,17			603.308,17
14 Projetos e Gerenciamento Complementares	1		652.000,00			652.000,00
Saldo a reprogramar	1		629.109,89			524.503,29
<b>Total do Investimento</b>			<b>18.843.709,41</b>		100	<b>18.843.709,41</b>
<b>Financiamento</b>			<b>14.339.342,89</b>	76,10	76,10	<b>14.339.342,89</b>
<b>Contrapartida</b>			<b>4.504.366,52</b>	23,90	23,90	<b>4.504.366,52</b>



Cronograma de Desembolso Pró-Saneamento, Pró-Moradia e  
FCP/SAN - Modelos 4 e 5

☐ Cronograma Inicial

☒ Reprogramação

CT n° 0190025-84/2006	Município SÃO CARLOS	UF SP
--------------------------	-------------------------	----------

Programa SANEAMENTO PARA TODOS	Mutuário PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
-----------------------------------	--

Modalidade ESGOTAMENTO SANITÁRIO	Empreendimento ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTOS MONJOLINHO - SISTEMA DE ESGOTOS SANITÁRIOS DE SÃO CARLOS - OBRAS COMPLEMENTARES
-------------------------------------	--

Finalidade Implantação e Ampliação do Sistema de Esgotos Sanitários do Município
---

Término da Carência 04/10/2009	Valor liberado até dez/10 R\$ 9.050.314,98	A liberar R\$ 5.289.027,91
-----------------------------------	---	-------------------------------

Total R\$ 18.843.709,41	Financiamento R\$ 14.339.342,89	Contrapartida R\$ 4.504.366,52	Investimento R\$ 18.843.709,41
----------------------------	------------------------------------	-----------------------------------	-----------------------------------

Valores em R\$ 1,00

Referência		Desembolsos		Contrapartida		Outros	
Mês	Ano	FGTS					
		Valor em R\$	%	Valor em R\$	%	Valor em R\$	%
12	2007	1.491.566,64	7,92	468.539,97	2,49		
02	2008	33.838,24	0,18	10.629,48	0,06		
03	2008	64.987,50	0,34	20.414,29	0,11		
04	2008	335.207,77	1,78	105.297,62	0,56		
05	2008	717.916,69	3,81	225.516,61	1,20		
06	2008	327.138,98	1,74	102.762,90	0,55		
07	2008	406.137,59	2,16	127.578,55	0,68		
07	2009	914.282,74	4,85	287.200,37	1,52		
08	2009						
09	2009	1.189.703,69	6,31	373.717,37	1,98		
11	2009	861.606,71	4,57	270.653,44	1,44		
12	2009	237.676,76	1,26	74.660,65	0,40		
02	2010	290.096,55	1,54	91.126,93	0,48		
05	2010	606.726,64	3,22	190.588,75	1,01		
07	2010	135.521,17	0,72	42.570,75	0,23		
08	2010	492.979,81	2,62	154.857,89	0,82		
10	2010	404.645,90	2,15	127.109,89	0,67		
12	2010	540.281,60	2,87	169.716,62	0,90		
02	2011	435.040,11	2,31	136.657,59	0,73		
03	2011	412.978,66	2,19	129.727,50	0,69		
04	2011	379.887,35	2,02	119.332,65	0,63		
05	2011	551.870,80	2,93	173.357,19	0,92		
06	2011	615.009,32	3,26	193.190,67	1,03		
07	2011	390.133,03	2,07	122.551,09	0,65		
08	2011	609.936,72	3,24	191.597,24	1,02		
09	2011	592.085,79	3,14	185.989,78	0,99		
10	2011	269.126,93	1,43	84.539,88	0,45		
11	2011	165.889,67	0,88	52.110,33	0,28		
12	2011	867.069,53	4,60	272.370,52	1,45		
			0,00		0,00		

PARECER TÉCNICO GIGOV/PK 054/2015

Piracicaba, 03 de Julho de 2015.

À

GIGOV Piracicaba/SP

Ref. Reprogramação do contrato 0190.025-84 – Complementos da ETE Monjolinho  
Saneamento para Todos – Esgotamento Sanitário  
Município de São Carlos - SP

Senhor Gerente,

Em resposta à solicitação de Reprogramação do contrato 0190.125-84, encaminhada pelo SAAE São Carlos, informamos que a Reprogramação foi aceita. Abaixo segue o QCI aprovado, com a correção dos itens **6** e **27** para os valores atestados e aferidos pela Caixa.

**3.1 - QCI DA ETAPA OBJETO DESTA ANÁLISE DE REPROGRAMAÇÃO**

ITEM	DESCRIÇÃO	QCI VIGENTE	QCI ACEITO	Var.
		Total	Total	%
1	Ampliação do Flotador e Obras Cx Amortecimento	4.243.476,52	4.243.476,52	0,00
2	Equipamentos da Caixa de Amortecimento	271.188,01	271.188,01	0,00
3	Emissário Final e Drenagem Externa da ETE	1.331.924,07	1.331.924,07	0,00
4	Sistema de Desinfecção	4.489.947,50	4.489.947,50	0,00
5	Prédio da desinfecção	177.044,66	177.044,66	0,00
6	<b>Ampliação e Melhorias do acesso da ETE</b>	<b>1.730.542,70</b>	<b>1.694.056,88</b>	<b>-2,11</b>
7	Fornecimentos, interligações e serviços diversos	159.503,97	159.503,97	0,00
8	Serv.de ampliações e melhorias do tratamento da ETE Mor	792.840,01	792.840,01	0,00
9	<b>Central de preparo de solução de alta precisão</b>	<b>158.000,00</b>		<b>-100,00</b>
10	Recuperação do Interceptor do Córrego do Monjolinho	39.284,19	39.284,19	0,00
11	Interceptor do Córrego do Mineirinho	520.936,23	520.936,23	0,00
12	Interceptor da Av. Miguel Petroni	59.916,00	59.916,00	0,00
13	Interceptor do Córrego Sta Mª do Leme	110.664,30	110.664,30	0,00
14	Interceptor Av. Trabalhador Sancarlense	118.999,35	118.999,35	0,00
15	Sifão do Monjolinho	98.804,06	98.804,06	0,00
16	Coletor Tonco Rua Rui Barbosa	160.641,16	160.641,16	0,00
17	Travessia do Córrego Santa Fé	133.586,44	133.586,44	0,00
18	EEE Cond. Terra Nova Rodobens	541.531,31	541.531,31	0,00
19	Linha de Recalque Terra Nova Rodobens	256.180,21	256.180,21	0,00
20	Travessia do Córrego Mineirinho	105.448,21	105.448,21	0,00
21	EEE Mirante Bela Vista	649.728,69	649.728,69	0,00
22	Projetos e Gerenciamento Complementares	652.000,00	652.000,00	0,00
23	<b>Construção da EEE Belvedere e obras complementares</b>	<b>537.373,28</b>	<b>537.373,28</b>	<b>0,00</b>
24	<b>Construção da EEE 1 e EEE2 - Cidade Aracy</b>	<b>873.279,21</b>	<b>1.055.547,97</b>	<b>20,87</b>
25	<b>Construção Interceptor Rotatória do Cristo</b>	<b>-</b>	<b>252.542,65</b>	<b>100,00</b>
26	<b>Construção chegada Final ETE Monjolinho</b>	<b>-</b>	<b>292.983,22</b>	<b>100,00</b>
27	<b>Saldo a Reprogramar</b>	<b>630.869,30</b>	<b>97.560,49</b>	<b>-84,54</b>
<b>TOTAL</b>		<b>18.843.709,38</b>	<b>18.843.709,38</b>	



CAIXA  
ECONÔMICA  
FEDERAL

PARECER TÉCNICO GIGOV/PK 054/2015

Piracicaba, 03 de Julho de 2015.

Afim de concluir a Reprogramação, solicitamos e que segue abaixo:

- Apresentar QCI corrigido e assinado, conforme o modelo acima;
- Apresentar Quadro Comparativo de Itens de Investimento, conforme modelo Caixa;

Para a primeira liberação de valores aceitos nesta reprogramação apresentar:

- ART's de projeto, orçamento, fiscalização e execução atualizadas e adequadas às novas obras.
- Apresentar Termo Aditivo de Valor e Prazo, do contrato 067/2014 com a empresa DATEC Pavimentação e Terraplenagem Ltda.

Estaremos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

É o nosso parecer.

Rosevelto Cardoso

Engenheiro Civil

GE Governo – Piracicaba/SP